



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
ATA DA 199ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2023**

Em 15 de março de 2023, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Valéria Cristina Rezende, secretária executiva do COPAM, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Igor Arci Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Felipe Magno Parreiras de Sousa, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Frederico Amaral e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Hélio César Rodrigues Resende, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Carlos Frederico Otoni Garcia, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Érika Morreale Diniz, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria da Fiemg; Afonso Correa Diana, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ana Beatriz Rocholi, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Luís Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Talita Fernanda das Graças Silva, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Valéria Cristina Rezende, secretária executiva do COPAM, declarou aberta a 199ª reunião e registrou boas-vindas aos dois novos conselheiros que participam pela primeira vez no Plenário, Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior, representante da Secretaria de Estado de Educação (SEE), e Carlos Frederico Otoni Garcia, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec). **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Flávia Mourão Parreira do Amaral: “Primeiro, eu gostaria de saber informações sobre o novo mandato do COPAM, quando se inicia. Segundo, eu gostaria só de compartilhar mais uma vez o convite para o evento do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, que vai acontecer em Belo Horizonte, de 21 a 24 de maio. É um congresso de saneamento e de meio ambiente organizado pela Abes a cada dois anos. É um congresso que reúne mais de 3.500 pessoas, com painéis técnicos de diversos temas ligados às várias fases do saneamento, licenciamento ambiental, ESG, uma programação extensa. Então eu gostaria de convidar a todos a acessar o site da Abes, verificar a programação, as formas de participação. Nós vamos ter uma feira de tecnologia, estamos com mais de 70% da feira comprometida, então esperamos mesmo ter uma participação muito grande de diversos setores, público e privado, de academia e de tecnologia. Vai acontecer na Expominas. Eu gostaria de mais uma vez ratificar esse convite, que havíamos feito anteriormente, e convidar a todos a acessar o site da Abes para maiores informações. No mais, querendo entrar em contato comigo diretamente, eu posso passar outras informações. Muito obrigada a todos.” Presidente Valéria Cristina Rezende: “Obrigada, conselheira Flávia, pelo convite. Com relação ao novo mandato, estava até programado para o item ‘Comunicado da Secretaria Executiva’, mas não há problema nenhum, nós

já respondemos neste momento. O processo eletivo já concluiu, para aqueles membros que são eletivos. Nós estamos na fase de indicação, pelas entidades – tanto os membros natos quanto os eletivos –, dos seus representantes. A nossa expectativa é que consigamos já dar posse aos conselheiros para a reunião de abril. No caso do Plenário, seria a reunião prevista para junho. A nossa previsão é que já tenhamos em abril a posse dos novos conselheiros das Unidades Colegiadas para o COPAM. Essa é a nossa previsão. Porque agora estamos dependendo de os representantes das entidades indicarem. Quanto mais rápida a indicação, mais rápida a nova composição das Unidades Colegiadas do COPAM. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve manifestações. **5) EXAME DA ATA DA 198ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 198ª reunião do Plenário do COPAM, realizada em 6 de dezembro de 2022, com as seguintes correções: - Linha 136, onde está escrito “pessoal”, leia-se “pessoa”; - Linha 144, onde está escrito “ambientalista”, leia-se “ambientalistas”; - Linha 147, substituir “CRH” por “CERH”. Votos favoráveis: SEMAD, Seapa, Secult, SEE, Seinfra, Sede, Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG, MPMG, MMA, AMM, Faemg, Conselho da Indústria, Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, Cefet, Ufla, Assemg e OAB. Abstenção: ABRHidro. Ausências: Seplag, SES, Sedese, ALMG, ACMinas, Fiemg, ProMutuca, Amda, EPA, Mover e Uemg. Justificativa de abstenção. Conselheira Talita Fernanda das Graças Silva: “Eu não participei dessa reunião, seria o primeiro suplente. Então eu fico mais confortável nesse voto.” **6) PROJETO ÁGUAS DO CENTRO-SUL - ESTUDO DE DISPONIBILIDADE DE ÁGUA SUBTERRÂNEA. Apresentação: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).** Maria Antonieta Alcântara Mourão, da CPRM, fez apresentação sobre o Projeto Águas do Centro-Sul de Minas Gerais (PACS), um estudo demandado pelo IGAM como complementação da área do Estado não abrangida pelo Projeto Águas do Norte de Minas Gerais (PANM), realizado em parceria pelo IGAM e o Serviço Geológico do Brasil. O conteúdo da apresentação foi disponibilizado no site da SEMAD. Após a exposição, a Presidência abriu a palavra para manifestações do Plenário. Debates. Marcelo da Fonseca/IGAM: “Obrigado, Antonieta e toda a equipe da CPRM e presidente Valéria. Demonstra o esforço do investimento do Estado, em especial do IGAM. É um recurso próprio do IGAM, não vem de convênio e nenhuma outra parceria, é recurso de fonte própria, para investir nessa informação que é de base para gestão de recursos hídricos, em especial nessa região, como a Antonieta colocou, que representa: 85% da população mineira está nessa região. É um trabalho hercúleo que vai ser necessário nestes próximos quatro anos, mas sabemos também da competência técnica da CPRM na condução desse tipo de trabalho. Então também temos certeza de que ao final desses 48 meses nós teremos excelentes informações para que a gestão possa ser desenvolvida. E vai ser algo, pelas características da região onde nós vamos trabalhar, muito diferente do que foi a região Norte. Que este Conselho, em especial naquilo que se refere à gestão ambiental nessa relação com a água subterrânea, também terá um papel importante para implementar as medidas que virão a partir dos estudos que esse projeto vai trazer para nós. Mais uma vez, obrigado à Maria Antonieta, em nome de quem agradeço todo o esforço da equipe da CPRM, que está sempre conosco nesses projetos. Obrigado.” Maria Antonieta Alcântara Mourão/CPRM: “Eu que agradeço a oportunidade.” Presidente Valéria Cristina Rezende: “Obrigada, Marcelo. Obrigada, Maria Antonieta e equipe do CPRM. O estudo, como o Marcelo já disse, é muito importante para otimizar a gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, assim como uma importante ferramenta para implementação da gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais nessa região Centro-Sul. Eu vou repassar aos senhores conselheiros, caso queiram se manifestar. Conselheira Ana Paula, da Faemg, por gentileza.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Boa tarde, Maria Antonieta. Boa tarde, presidente e demais conselheiros. Em primeiro lugar, parabenizar tanto a Maria Antonieta e o CPRM quanto o IGAM por essa iniciativa. É importante que Minas tenha qualidade dos dados para fazer gestão, com muita responsabilidade. E eu trouxe uma dúvida. No slide que traz o mapa de comprometimento do recurso potencial explorável frente ao volume explorado, a minha dúvida é o seguinte. Eu entendo que o sistema é dinâmico, as atividades não foram paralisadas para que pudesse ser medida a taxa de retorno do recurso explorável e tudo mais. Aconteceu concomitantemente às atividades ocorrendo, nada parou no Estado. E a pergunta é o seguinte. Como essa taxa de retorno desse recurso potencial explorável foi avaliada já com os usos ocorrendo, e depois você pega esse resultado e confronta com os usos outorgados de novo, isso não fica uma retirada dupla, vamos dizer assim? Quer dizer, não teria que ser confrontado apenas com os novos usos, tendo em vista que os que já acontecem já estão fazendo parte do sistema, quando houve as medições?” Maria Antonieta Alcântara Mourão/CPRM: “Eu entendi a sua pergunta. Mas nós não utilizamos esse valor, não está sendo contabilizado duplamente. Todo o cálculo da reserva potencial explorável foi feito também usando vários modelos e que não incluem o uso. Por exemplo, usando a capacidade do solo de infiltração, usando as propriedades dos aquíferos em transmitir e armazenar água. Então, na verdade, esse cálculo da disponibilidade, não foram utilizadas informações que mostravam já interferências. Então são modelos que foram feitos utilizando propriedades. Eu não sei se você está familiarizada, mas são modelos que usam propriedades do sistema para calcular esse potencial. Não utiliza, por exemplo, dados de nível de poços ou dados de vazões de estações que já foram comprometidas.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Entendi, Maria Antonieta. Obrigada. Agradeço muito. Realmente, para água subterrânea é diferente. E eu fiz essa mesma pergunta há mais tempo em relação às captações superficiais e fiquei sem resposta. Porque no caso de captações superficiais realmente fica uma dupla contagem. É complicado.” Maria Antonieta Alcântara Mourão/CPRM: “Mas no caso, como estamos trabalhando com água subterrânea, o recurso potencial explorável vem da recarga, da capacidade de recarga daquele aquífero, daquele material. Nós trabalhamos também com estações, isso também foi utilizado, para tentar avaliar qual é a restituição do aquífero para o curso d’água, as vazões que estão associadas ao escoamento de base

dos cursos. Mas são estações que têm séries históricas de 40 anos. Então conseguimos separar períodos em que essa influência ainda não era tão grande e tirar esses parâmetros que indicam também. Então o escoamento de base também indica a recarga, mas nós usamos vários métodos e comparamos esses métodos. Então eles foram trazidos para a estimativa do recurso potencial explorável. Mas teve todo esse cuidado e essa preocupação de não estarmos usando informações que já são informações que indicam uma influência associada tanto à captação do curso d'água quanto também associada ao uso da água subterrânea, que pode influenciar também no escoamento de base dos cursos d'água." Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: "Perfeito, Maria Antonieta. Muito obrigada. Mais uma vez, parabéns pelo trabalho." Maria Antonieta Alcântara Mourão/CPRM: "Obrigada." Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: "Boa tarde. Eu gostaria de, inicialmente, dizer que estava presente na reunião desde o início, mas não conseguia participar efetivamente. Quanto ao trabalho do SGB/CPRM, Maria Antonieta, vocês estão de parabéns pelo trabalho. Isso é extremamente importante. Creio que nós vamos ter acesso até para analisar com mais atenção. Muito boa essa que entendo que seria uma primeira fase que nós precisamos fazer com relação a esse importante recurso, que está ficando cada vez mais crítico no Estado. Não ficou claro para mim como está hoje o estágio da parte Norte, que pode ser mais crítica. O que nós já temos e o que se pretende fazer? Você poderia fazer um resumo disso para nós, por favor?" Maria Antonieta Alcântara Mourão/CPRM: "A parte Norte, o projeto foi concluído, existe todo esse material, pode ser acessado na própria página da CPRM. É o que eu mostrei, nós temos aquele mapa com áreas em que já foi detectada uma região crítica, em que o uso está maior do que foi calculado para o recurso potencial explorável. Mas naquela área específica que eu falei para vocês da Bacia do Rio Verde, que se destacou por uma área maior em déficit hídrico, a Agência Nacional de Águas demandou a CPRM um estudo específico para a Bacia do Verde Grande. Existe um acompanhamento, claro, do Estado. O Estado faz parte da comissão técnica de acompanhamento do projeto. E nós estamos detalhando essa Bacia e tentando melhorar essas estimativas. Esse projeto tem que ser concluído até o final do ano, então já estamos em uma fase de conclusão mesmo, de definição de modelos, de fluxo e também das definições das diretrizes de gestão. Para a região Norte, a área que foi mais crítica está sendo detalhada. Após a conclusão desse projeto da Bacia do Verde Grande, esses resultados serão repassados para o Estado, e a intenção é que seja então definido um marco regulatório para a Bacia. Esse marco então vai ser definido conjuntamente IGAM e Agência Nacional de Águas. Mas, tirando essa área que está sendo detalhada, a parte Norte já foi totalmente concluída, e, como o Marcelo mencionou, se transformou na Deliberação Normativa. Está mencionado na Deliberação Normativa e deve ser utilizado no caso da regularização dos usos de água subterrânea naquelas Circunscrições Hidrográficas que abrange a parte Norte. Agora está bem definido também na Deliberação que, na condição de um estudo mais detalhado, um empreendimento que queira implantar, que queira utilizar de água, e veja que aquela região que foi definida no estudo do Norte tenha maior quantidade de água que foi estipulada pelo RPE naquela Ottobacia, então isso pode ser solicitado ao IGAM, e o valor maior de outorga poderia eventualmente ser fornecido para aquele usuário. Mas o que está valendo hoje, João Hilário, é o que foi estabelecido de RPE para as Ottobacias, que são áreas bem pequenas, na região Norte de Minas. Então cada Ottobacia tem um volume de água que pode ser extraído e é utilizado para a gestão." Marcelo da Fonseca/IGAM: "Em complemento, João, só para esclarecer que essas informações estão disponíveis, o estudo integral está disponível no site da CPRM, como a Maria Antonieta colocou, e nós também disponibilizamos esse último mapa, que é de comprometimento da RPE e do volume da RPE, no nosso IDE-Sisema. Então você pode acessar, todas essas informações já estão lá geoespacializadas. Como o estudo já foi concluído e transformado em diretriz para obtenção de outorga, as outorgas do Norte de Minas, de toda essa região de água subterrânea, passam agora também por mais essa avaliação. Tem toda uma avaliação técnica, que é feita de forma geral para todo o Estado, e, especificamente nessa região Norte, inclui também esse comprometimento da RPE. E nós já vimos essas áreas que a Antonieta apresentou – não sei se vocês perceberam, ela mostrou o mapa de comprometimento do RPE –, nós já temos outras regiões em que já estamos indeferindo processo de outorga de água subterrânea porque já está próximo da capacidade do uso sustentável desse recurso. Então demonstrando que esse é um estudo que precisava ser feito. No caso do Norte, já conseguimos colocar em prática. E, tão logo as informações do Centro-Sul também estejam disponíveis, provavelmente, como no cronograma, daqui a 46 meses, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos vai também transformá-lo em norma para que implementemos as medidas necessárias, seja na hora da concessão de outorga ou outras que eventualmente sejam necessárias para fins desse gerenciamento. Então nós avançamos significativamente agora com as metodologias de análise de água subterrânea a partir da disponibilidade hídrica. E só reforçando que esse estudo, além de ser pioneiro, da forma como ele foi... Minas Gerais é um dos poucos Estados que têm a questão da disponibilidade hídrica subterrânea mapeada, que já incorpora na análise de processos técnicos de outorga e traz a integração. Nós já integramos a análise de água superficial e água subterrânea, e nessas áreas onde já foi identificado que tem algum tipo de particularidade, como é o caso do Verde Grande. Como a Maria Antonieta colocou, o Verde Grande tem uma característica muito sui generis, porque é uma Bacia federal que tem uma contribuição na parte superficial entre os Estados de Minas e da Bahia. Então um trabalho apoiado pela Agência Nacional de Águas nesse detalhamento, fazendo um refinamento das informações para que possamos aprimorar ainda mais as ferramentas de gestão. Porque é uma área muito grande, e nós trabalhamos com áreas amostrais. Então, na medida que regiões demonstrem que tem ali uma sensibilidade e precisa de um refinamento maior, ou o próprio usuário, ao solicitar outorga, vê que as informações ali podem ser aprimoradas em termos de estudo mais refinado, também pode requerer isso e a possibilidade da revisão desse volume, da RPE,

obviamente, seguindo todo o rigor técnico necessário para esses estudos hidrogeológicos.” Conselheira Talita Fernanda das Graças Silva: “Boa tarde a todos. Eu queria agradecer à Maria Antonieta e ao Marcelo por trazer a apresentação para a nossa reunião do COPAM, parabenizar também pela iniciativa de realização do estudo, pelo estudo que já está concluído e pelo projeto que está em andamento. Eu tenho uma dúvida, acho que é pontual. Eu tive algumas instabilidades aqui de internet e até peço desculpa, Maria Antonieta, se você já explicou, e eu não escutei. Mas existe uma previsão para continuidade do monitoramento que vai ser realizado nesse período do projeto? Uma vez concluído o projeto, esse monitoramento vai continuar? E no caso de ele continuar, de ter recursos humanos e financeiros assegurados para isso, ele ficaria na responsabilidade do CPRM ou do IGAM?” Maria Antonieta Alcântara Mourão/CPRM: “O monitoramento, com certeza, vai continuar. Estão sendo implantados esses poços, são poços que vão ser implantados em áreas críticas, em áreas em que há necessidade de acompanhar e monitorar. Não é um monitoramento para o projeto, para a pesquisa, é um monitoramento para a gestão. Agora, eu não posso te dizer – isso não foi ainda definido – se a CPRM é que fará o monitoramento ou se ficará a cargo – após a finalização do projeto – do próprio IGAM. Mas com certeza esse monitoramento terá continuidade.” Marcelo da Fonseca/IGAM: “Isso nós vamos acertar no futuro, não é, Antonieta? Mas, por exemplo, no PANM, a rede que foi estabelecida nós continuamos operando, trazendo essas informações, para uma futura atualização do estudo, enfim. Então vamos incorporar, seja via IGAM ou CPRM, porque essas informações são extremamente importantes para a continuidade do estudo. Esse estudo é bem dinâmico, tem uma série de variáveis que interferem. Então pretendemos, sim, seguir com a rede, seja a rede própria, seja com a CPRM ou outros parceiros, nesse monitoramento.”

7) PLANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Renato Teixeira Brandão, presidente da FEAM, fez apresentação do Plano Estadual de Ação Climática, que vem sendo desenvolvido em parceria do Estado de Minas Gerais com o governo britânico, o CDP e o ICLEI, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de São Paulo (USP). O conteúdo da apresentação foi disponibilizado no site da SEMAD. Após a exposição, a Presidência abriu a palavra para manifestações do Plenário. Debates. Presidente Valéria Cristina Rezende: “Obrigada, Renato, pela sua apresentação. Mudanças climáticas é um tema que está em evidência não só no Estado de Minas Gerais, mas em todos os Estados do Brasil. Inclusive, Renato e eu, ontem, estávamos em uma reunião da Abema, em Brasília, e todos os Estados comentando a respeito de mudanças climáticas, principalmente tendo em vista o desastre ocorrido no interior do Estado de São Paulo. Eu deixo aberto aos conselheiros, caso queiram se manifestar.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Realmente, hoje estamos em um bom dia aqui na reunião do COPAM, são dois assuntos extremamente importantes e muito bem abordados. Já falamos da questão da água, anteriormente, e agora, Renato, abordagem muito boa de um assunto extremamente importante, porque meio ambiente não podemos ficar discutindo só os detalhes, temos realmente que ter um planejamento, uma visão macro desse tipo. Pensando corretamente nos grandes itens, teremos então condições de acertamos os detalhes. Excelente. Eu só insistiria um pouco mais na questão do transporte, em que Minas Gerais tem se colocado como pretendendo ser novamente produtor de matérias-primas para transição energética. E precisamos de aprofundar mais em toda a cadeia, inclusive na parte de transporte, na fabricação de veículos elétricos. Nós temos tudo para isso. Eu até abordei o assunto no final de 2021 e pretendo este ano, se tivermos um espaço, voltar novamente a essa questão. Uma pequena apresentação. Principalmente agora, Renato, você está acompanhando, mês que vem teremos o Cobrave, o 1º Congresso Brasileiro de Veículos Elétricos. Vinha sendo adiado por causa da pandemia, deverá ser realizado agora em abril, em Santa Catarina. E nós de Minas Gerais estamos participando com um painel sobre matérias-primas e mais alguma coisa, porque não podemos ficar no Estado falando apenas em matérias-primas, mas, sim, na cadeia como um todo. Especificamente no item de veículos elétricos, transporte, e até essa cadeia, que atualmente contribui negativamente para a produção de carbono, eu acho que teríamos de voltar, de uma forma mais detalhada, em uma das próximas reuniões. Inclusive, abordagem mais detalhada também no Plano. É claro que o Plano que você está apresentando realmente tem de tratar de grandes itens. Então seria isso. Parabéns.” Presidente Valéria Cristina Rezende: “Obrigada, conselheiro. Estamos à disposição para agendar a sua apresentação na próxima reunião do Plenário do COPAM. É só o senhor nos informar sobre o tema para que possamos colocar em pauta.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Só com relação à manifestação do João, realmente, a questão de materiais para essa transição energética é uma das discussões que o Estado tem feito, e o quanto também o Estado pode contribuir do ponto de vista de busca desses metais que são tão importantes para essa transição energética, e como o Estado pode contribuir. Eu vou registrar aqui que não faz parte hoje do Plano de Ação Climática, por não ser efetivamente um indicador que vai fazer a redução, mas vai, sim, ser uma economia para o Estado relacionada a essa ação. Nós tivemos, na semana retrasada, uma discussão com o Investe Minas, e há possibilidade do que estamos chamando de rota de descarbonização. E eu acho que na rota nós teremos efetivamente essa oportunidade de discutir o que o Estado pode contribuir para descarbonização do mundo, com os seus minerais e metais, que são essenciais para essa descarbonização mundial. Então eu acho que vamos ter oportunidade. O Plano diretamente não aborda isso, mas o Estado está também buscando e atento a essa discussão. E nós ficamos muito felizes se você puder trazer uma apresentação dessa visualização de vocês com relação a esses próximos passos. Obrigado.”

8) ASSUNTOS GERAIS. Marcelo da Fonseca/IGAM: “Só reforçar o convite. Na sexta-feira, nós abriremos a Semana da Água com um evento presencial no BDMG, a partir das 10h, com transmissão também pelo YouTube do Sisema. E no site do IGAM encontra-se toda a programação, uma vasta programação, tanto no dia 17, quando vamos ter uma série de lançamentos, na parte da

manhã; na parte da tarde, nós teremos o foco no projeto Produtor de Águas; e ao longo da semana várias capacitações e eventos técnicos. Então convido a todos os conselheiros a participar conosco. Muito obrigado.” **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Valéria Cristina Rezende agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Vitor Reis Salum Tavares

Subsecretário de Regularização Ambiental e
Presidente Suplente do Conselho Estadual e Política Ambiental

Marília Carvalho de Melo

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente do Conselho Estadual e Política Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Reis Salum Tavares, Subsecretário(a)**, em 18/07/2023, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marilia Carvalho de Melo, Secretária de Estado**, em 19/07/2023, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **69926854** e o código CRC **5E70442F**.

Referência: Processo nº 1370.01.0030038/2023-61

SEI nº 69926854